

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

A actividade parlamentar, a actividade de todos os Deputados desta Casa merecem, sempre, ser alvo da nossa reflexão.

E esta actividade, tantas e tantas vezes criticada pelo cidadão comum, que vê neste Órgão um espaço quase exclusivo de questiúnculas, e que olha com desconfiança para o trabalho que os Deputados exercem, apelidando-os de uma série de epítetos que, por uma questão de decoro, me escuso de aqui reproduzir, é, decerto muitas vezes deturpado ou, pura e simplesmente, ignorado.

No entanto, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, muito mais importante que o calor dos debates parlamentares onde, por vezes, todos nós nos excedemos, é o facto de que a nossa actividade deve obedecer a regras, a princípios, a normas de conduta que, dignificando este Parlamento, a todos nós dignificam também.

Não se pretende, com isto, falar em qualquer tipo de constrangimento, por mais velado que seja, de criar um índice de comportamentos ou de matérias proibidas e, muito menos, de instaurar qualquer tipo sublimar de censura ou de inibição.

Trata-se, isso sim, de perceber que a dignificação dos trabalhos desta Casa, seja em Plenário, seja nas Comissões, seja em qualquer outro tipo de actividade parlamentar, se devem nortear por regras básicas de cooperação, de lisura de processos e, sobretudo, do entendimento tácito que existem tempos e momentos certos para a divulgação da informação, para o debate público, para o confronto de ideias que nem sempre são, digo-o com clareza, coincidentes com a legítima, sublinho, legítima, vontade de acesso à informação por parte dos cidadãos ou da Comunicação Social.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhora e Senhores Membros do Governo,

Por deliberação desta Assembleia, sob proposta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, foi criada, através da Resolução

N.º 2/2002/A, a Comissão Eventual para o Estudo do Financiamento do Serviço Regional de Saúde, a que tenho a honra e o privilégio de presidir, e que leva já nove meses de trabalhos efectuados.

No decurso dos mesmos, importa relevar a forma cordata, consensual, empenhada e séria com que todos os seus membros têm vindo a desenvolver o seu trabalho.

A metodologia de trabalho foi aprovada por unanimidade. A relação das entidades a auscultar, dentro e fora da Região, foi fruto de sugestões e propostas de todos os Grupos Parlamentares.

A forma como se processaram as sucessivas reuniões tiveram, como denominador comum, uma total liberdade de expressão de pontos de vistas, de sugestões e de críticas.

O nosso objectivo, desde a primeira hora, foi o de contribuir, de forma positiva, para um debate profícuo sobre a evolução do Serviço Regional de Saúde e, sobretudo, o de apresentar um conjunto de recomendações ao Governo Regional que visem o seu financiamento, nas suas múltiplas formas.

Isso mesmo foi reconhecido pelo Governo Regional ao introduzir, no seu Orçamento para o presente ano, um artigo específico para acolher as recomendações que emanassem da Comissão.

Para a consecução dos seus trabalhos, a Comissão entendeu, unanimemente, municiar-se de um conjunto de informações que permitissem, de forma abalizada, atingir os seus objectivos.

Quer o estudo mandado fazer, quer as audições com os Parceiros do Sector, quer as reuniões efectuadas com personalidades e entidades de reconhecido prestígio e mérito, foram as ferramentas e os instrumentos de trabalho que a Comissão, para além da reflexão dos seus membros, entendeu necessárias adquirir, sempre na perspectiva que as mesmas seriam isso mesmo, **instrumentos de trabalho, que apenas comprometiam os seus autores, podendo ou não, serem acatadas pela Comissão.**

Refira-se, aliás, que os pré-relatórios das audições aos Parceiros estão ainda em fase de consulta aos mesmos, de forma a que os mesmos possam verificar da conformidade dos mesmos.

De todos estes passos estavam **todos** os membros da Comissão informados.

A todos os membros foi igualmente referida a constante pressão, por parte da Comunicação Social, a que a Comissão estava sujeita, atendendo ao interesse que o tema suscita.

Na última Reunião, ocorrida nos dias 11 e 12 do corrente mês, em Angra do Heroísmo, ficou definida a metodologia até ao final dos

trabalhos, com especial ênfase para a forma como se deveria esquematizar o relatório final e respectivas conclusões.

Para espanto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, desde o passado dia 18, que alguns órgãos de Comunicação Social têm divulgado o conteúdo dos pré-relatórios das audições com os Parceiros, bem como de elementos constantes do estudo técnico elaborado.

Não se coloca aqui em causa, que fique claro, o papel da Comunicação Social neste processo.

O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lamenta, de forma sentida, que documentos de trabalho de uma Comissão, sujeitos inclusive à verificação prévia dos Parceiros, venham a público numa fase em que a Comissão, enquanto agente da decisão política, não tomou ainda qualquer decisão, provocando uma natural confusão junto dos cidadãos, atendendo à multiplicidade de propostas e sugestões, tantas vezes opostas, que os mesmos encerram.

O que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista lamenta, é que a divulgação extemporânea de tais documentos, sem a devida contextualização, possa induzir em erros de análise e, mais grave, ainda, possa tentar esvaziar o trabalho da Comissão.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista não quer acreditar que estejamos perante alguma tentativa menos clara de diminuir o trabalho parlamentar.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista endereça um pedido de desculpas a todas as entidades que, ouvidas em Comissão, e tendo tido a garantia de que as suas declarações seriam objecto de análise prévia por parte dos próprios, tenham visto e ouvido os seus nomes e as suas declarações citadas, sem prévio conhecimento ou anuência.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista repudia esta forma de fazer política, pouco dignificante do exercício da actividade parlamentar.

Não fazendo juízos de valor, entende o Grupo Parlamentar do Partido Socialista que atitudes deste tipo apenas e tão só caracterizam quem as pratica.

Esse não é, nem será, o nosso caminho.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 20 de Fevereiro de 2003

O Deputado Regional – Francisco Barros